

## Impactos sociais das políticas compensatórias da usina de Belo Monte: dinâmicas de afetação às crianças e aos adolescentes

*Social impacts of compensatory policies of Belo Monte hydroelectric plant: affectation dynamics to children and adolescents*

### Assis da Costa Oliveira

Doutorando em Direito pela UnB. Mestre e graduado em Direito pela UFPA. Professor de Direitos Humanos da Faculdade de Etnodiversidade da UFPA, *Campus* de Altamira. Secretário de articulação do Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS). Advogado. E-mail: assisdco@gmail.com.

### Ronicleici Santos da Conceição

Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia da UFPA, *Campus* de Altamira, e bolsista de Iniciação Científica pelo PIBIC/UFPA. E-mail: ronicleicisantos@gmail.com.

Recebido em 12/10/2015 e aceito em 05/01/2016.

**Resumo**

O artigo objetiva compreender a relação entre a materialização do modelo de desenvolvimento pautado em grandes obras e as dinâmicas de afetação às condições de vida de crianças e adolescentes, assim como às políticas públicas que as assistem, por meio de pesquisa qualitativa desenvolvida em dois bairros da cidade de Altamira, estado do Pará, no contexto de implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**Palavras-chave:** Crianças e Adolescentes; Impactos Sociais; Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**Abstract**

The article aims to understand the relationship between the materialization of the development model guided by great projects and the dynamics of affectation of the living conditions of children and adolescents, as well as the public policies that assist them, through qualitative research conducted in the context of the deployment of Belo Monte Hydroelectric Plant, in the municipality of Altamira, southwest of Pará.

**Keywords:** Children and Adolescents; Social Impacts; Belo Monte Hydroelectric Plant.

## Introdução

A “aceleração” da busca pelo crescimento econômico no Brasil, nos últimos anos, fruto, sobretudo, da execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), caracteriza-se como modelo de desenvolvimento de partilha desigual dos benefícios/malefícios por ter sua matriz na reprodução colonial de grandes obras voltadas à exploração dos recursos naturais, especialmente da região amazônica, articulado a uma divisão internacional do trabalho e da dependência político-econômica (Pinto, 2012; Ribeiro, 2014). Diante desse contexto, o município de Altamira, sudoeste do Pará, passa, desde 2010, pelo processo da implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte<sup>1</sup> (UHE Belo Monte), projetada para ser, quando finalizada em 2019, a terceira maior hidrelétrica do mundo.

A perspectiva de exploração de recurso hídrico plasmada na UHE Belo Monte reproduz as concepções hegemônicas decorrentes de um desenvolvimento capitalista que são causas históricas da agudização da desigualdade social das populações locais na Amazônia (Loureiro, 2004; Schmink & Wood, 2012). No contexto político-institucional em que a grande obra está inserida na região da bacia do Xingu, há contradições e conflitos que permeiam a lógica desumana de intervenção sobre as comunidades locais impactadas, principalmente pela desconsideração – ou pouca compreensão – aos elementos simbólicos, afetivos, culturais e subjetivos que, de forma coletiva ou individual, compõe a base dos danos empreendidos/sofridos enquanto consequências das políticas de desenvolvimento que a Amazônia e, particularmente, a cidade de Altamira, vem passando nos últimos tempos.

---

<sup>1</sup> Planejada desde os idos da década de 1970 do século XXI, a UHE Belo Monte só entrou em processo de planejamento efetivo para a construção em 2005, após ser definida como a “menina dos olhos” do PAC do governo Lula (Sevá Filho, 2005), com continuidade no governo Dilma, integrando-se numa escala regional latino-americana a partir da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) (Bermann, 2012). Projetada para ser instalada no rio Xingu, a 40 km rio abaixo da cidade de Altamira, estado do Pará, na região conhecida por Volta Grande (área em que o rio dá um giro de quase 270 graus e tem desnível de mais de 100 metros), tem potência instalada de 11.233 MW, sendo a maior usina hidrelétrica inteiramente brasileira, porém com capacidade média de apenas 4.428 MW, ou seja, 39% do potencial máximo, devido a redução da vazante do Xingu nos períodos de junho à outubro, conhecido localmente como época do verão amazônico.

Diante disso, Oliveira (2013) salienta que um dos aspectos pouco considerados no debate público das grandes obras são os impactos gerados às condições de vida de crianças e adolescentes, incluindo a avaliação da capacidade institucional das políticas públicas de atendimento às “novas” demandas, violências e conflitos gerados ou influenciados com o advento da grande obra.

Certamente, é importante compreender as implicações das políticas de desenvolvimento para as dinâmicas de vida de crianças e adolescentes, seja porque, desde o advento da Doutrina da Proteção Integral no Brasil, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), tal segmento populacional foi reconhecido como possuindo prioridade absoluta de atendimento socioestatal – mediante artigo 227 da CF/88 e artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/Lei nº. 8.069/1990) – e condição peculiar de desenvolvimento humano que precisam ter incidência sobre as normativas, os processos e os instrumentos de materialização das políticas de desenvolvimento econômico nacional; quanto que, em cenários de grandes obras, a intensificação das mazelas sociais atinge de maneira mais aguda determinadas categorias sociais que sofrem maior grau de vulnerabilidade social (crianças, adolescentes, mulheres e povos tradicionais), pautando, nessa consideração, a afetação da interação com suas redes de sociabilidade (família, escola, comunidade, entre outras) e também a percepção do que lhes afetam em suas subjetividades/identidades individuais e coletivas, tendo especial atenção à multidimensionalidade dos impactos nos seus aspectos psicológicos, físicos, sexuais, culturais, afetivos, sociais, financeiros e ambientais, os quais a designação de impactos sociais acaba sintetizando mais pela consideração de tratarem-se de afetações à sociedade e às pessoas, do que por aglutinação dessa multidimensionalidade.

Os impactos de uma grande obra são imensos e difíceis – ou mesmo impossíveis – de serem reparados às populações locais atingidas, dentre elas as crianças e os adolescentes. Tais impactos possuem uma dinâmica de manifestação em conexão direta – e interdependente – às três etapas de implantação do empreendimento – planejamento, construção e entrada em

operação/desmobilização – que são, também, etapas com semelhanças e distinções no âmbito da intervenção sobre o território e a população (CDDPH, 2010).

Por outro lado, a produção discursiva da “ideologia da redenção” (Ribeiro, 2014) – na revisitação das promessas de progresso social, enquanto bem-estar para todos, como “moeda de troca” da implantação do empreendimento – e a crença na gestão técnico-administrativa de qualquer problema socioambiental (Zhour, 2013), conduzem a um processo de convencimento/manipulação/coerção político-simbólico para implantação do empreendimento que superestima – com amplos recursos de *marketing* empresarial e governamental – os aspectos positivos da grande obra e, concomitantemente, subestima e, até mesmo, deslegitima os elementos negativos, especialmente quando são exteriores – ou escapam – ao modelo prévio de planejamento e delimitação oficial dos impactos, definidos nos estudos prévios de impacto ambiental do licenciamento ambiental, os quais, mais do que delinear um cenário parcial de uma dinâmica muito mais ampla e complexa, acabam por tornarem-se discursos científicos de legitimação das decisões políticas pré-estabelecidas que escamoteiam as relações de poder presentes nas disputas pela definição “do que” e “como” identificar e intervir sobre os impactos na implantação do empreendimento.

No presente artigo objetiva-se compreender a relação empreendida entre a materialização do modelo de desenvolvimento pautado em grandes obras e as dinâmicas de afetação às condições de vida de crianças e adolescentes, assim como às políticas públicas que as assistem, por meio de pesquisa qualitativa desenvolvida no contexto de implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Parte-se de uma discussão sobre a metodologia desenvolvida no trabalho de pesquisa, para, em seguida, adentrar-se em dois cenários específicos de impactos identificados: (1) os impactos às crianças e aos adolescentes inseridos na população classificada como “esquecida” e “congelada” no bairro Boa Esperança, no município de Altamira; (2) os problemas que as crianças e os adolescentes reassentados no Reassentamento

Urbano Coletivo (RUC) Jatobá, localizado no bairro Mutirão, tem enfrentado no processo de reterritorialização de suas vidas.

## 1. Metodologia

A investigação desenvolveu-se dentro da perspectiva metodológica da pesquisa social, a qual, segundo Minayo, engendra “penetrar num mundo polêmico onde não há questões não resolvidas e onde o debate tem sido perene e não conclusivo” (2000: 1).

Assim, teve por base a abordagem qualitativa que permitiu relacionar a obtenção de dados objetivos com vivências desenvolvidas pelos sujeitos envolvidos nas dinâmicas sociais. Parte-se da compreensão de que não é possível desenvolver uma pesquisa de cunho qualitativo apenas com dados estatísticos ou informações secundárias de órgãos públicos, é necessário que se investigue as situações particulares em que se insere o público alvo, no nosso caso, crianças e adolescentes, prioritariamente, mas também seus familiares e os agentes de proteção que estão vivenciando o contexto de implantação da UHE Belo Monte na cidade de Altamira.

Busca-se, com isso, “incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, as relações, e as estruturas sociais [...] como construções humanas significativas” (Minayo, 2000: 10). Para isso, a coleta de dados, realizada entre agosto de 2014 e junho de 2015, deu prioridade ao desenvolvimento de entrevistas com agentes sociais estratégicos selecionados com base nos critérios da (con)vivência direta das situações adversas e/ou representatividade social junto ao público alvo da pesquisa.

Para tanto, decidiu-se pela realização de entrevistas com quatro segmentos específicos: (1) movimentos sociais, prioritariamente o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), mas também, e com base no material recolhido nas audiências públicas, o Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS), os movimentos indígenas e outros movimentos populares existentes no município; (2) Conselho Tutelar de Direito de Altamira (CTDA), com

entrevistas individuais com as conselheiras e, na pesquisa documental, obtenção dos relatórios anuais de atendimento do órgão, este último não será trabalhado no presente artigo<sup>2</sup>; (3) sujeitos (crianças, adolescentes, jovens e adultos) localizados em áreas de realocação, aqui especificando no RUC Jatobá, no bairro Mutirão, na cidade de Altamira; (4) Sujeitos (crianças, adolescentes, jovens e adultos) localizados nos territórios que ficam abaixo da Cota 100<sup>3</sup> e que devem ser remanejados para os reassentamentos urbanos, como o RUC Jatobá, ou receber outro tipo de solução, como indenização e carta de crédito, devido a iminência – delimitada no EIA – do alagamento de suas moradias e locais de trabalho com o processo de enchimento dos reservatórios da UHE Belo Monte. No total, foram realizadas 27 entrevistas, sendo 8 com crianças e adolescentes.

A seleção dos entrevistados e a estratégia de contato foi estruturada no método do sistema de rede, que consiste, segundo Duarte, na identificação de um “ego” focal que “disponha de informações a respeito do segmento social em estudo e que possa ‘mapear’ o campo de investigação, ‘decodificar’ suas regras, indicar pessoas com as quais se relaciona naquele meio e sugerir formas adequadas de abordagem” (2002: 4-5).

O “ego” focal da parte inicial da pesquisa foi a coordenação política do MAB, basicamente o contato com duas lideranças desse movimento social. A escolha de iniciar a pesquisa com a entrevistada de dois militantes do MAB possibilitou melhorar o conhecimento sobre a situação dos impactos sociais, assim como garantir a indicação de novas pessoas que puderam participar em diferentes momentos ao longo da pesquisa.

Desse segundo grupo de entrevistados, basicamente adultos, partiu-se para a estratégia de, no período de execução de cada uma dessas entrevistas, solicitar contatos de crianças ou adolescentes conhecidas desses entrevistados ou percorrer as vizinhanças de suas moradias em companhia deles, para

---

<sup>2</sup> Para análise desses dados estatísticos e das confluências com o processo de construção da UHE Belo Monte, conferir: Oliveira, Conceição & Horizonte (2014).

<sup>3</sup> A altura limite do alagamento das águas do Xingu com o barramento da hidrelétrica, definido como 100 metros acima do nível do mar, sendo que tudo que estiver abaixo disto ficará, por óbvio, debaixo d’água.

identificar crianças e adolescentes que pudessem participar das entrevistas, depois os contatando diretamente, e a seus pais, para ter a autorização formal de ambos.

Para cada grupo de entrevistados foram elaborados roteiros como guias de entrevistas semi-estruturadas. Na pesquisa, o uso dos roteiros possibilitou a padronização de algumas questões que permitissem a posterior análise comparativa, buscando garantir a representatividade dos significados e a definição de categorias analíticas. Ainda assim, o roteiro foi ajustado ao longo da execução das entrevistas, principalmente para as entrevistas com crianças e adolescentes, a fim de melhorar a comunicação e a qualidade das respostas.

Dos 27 entrevistados, nem todos comporão a análise que virá a seguir. A ideia central é buscar a identificação de falas significativas que fossem representativas das demais compreensões, conectando-as quando haja unidade, ou destacando-as como específicas ou conflitantes, quando necessário. Em todo caso, são entrevistas de quem, fundamentalmente, passa “na pele” pelo outro lado do “desenvolvimento” preconizado pelo processo de construção da UHE Belo Monte.

## **2. “Esquecidos” e “congelados”: a disputa pelo “ser atingido” e os impactos às crianças e aos adolescentes**

Os impactos relativos às crianças e aos adolescentes no percurso de implantação da UHE Belo Monte – e no marco temporal do período de execução da pesquisa – são situações de violência que escapam ao planejamento oficial de gestão dos impactos e/ou que se inserem na própria dinâmica de materialização da intervenção sobre a população atingida, ainda quando se trate da realização de medidas ditas compensatórias, como é o caso da política de realocação do grupo de moradores urbanos.



De acordo com os dados disponibilizados pelo MAB, através de entrevista gravada com A<sup>4</sup>, a situação dos atingidos pela UHE Belo Monte é precária, já que a hidrelétrica está em pleno vigor, com grande parte de sua construção física consolidada<sup>5</sup>, e as populações atingidas ainda cobram pelas condicionantes definidas como obrigação do licenciamento ambiental para a Norte Energia S.A. (NESA), muitas delas previstas desde maio de 2010, quando da emissão da Licença Prévia.

Segundo dados do Plano Básico Ambiental (PBA) da UHE Belo Monte, a Área Diretamente Atingida (ADA) no plano urbano totaliza “uma superfície territorial de 486,53 ha, agregando espaços de 12 bairros diferentes (quase 30% da soma total desses bairros), com uma população contabilizada em 16.420 pessoas” (NESA, 2011: 234). Assim, segundo o documento, foram identificados 4.362 grupos domésticos e 4.760 imóveis. Noutro documento, a NESA acrescenta que:

“O Cadastro Socioeconômico (CSE) realizado nessa ADA Urbana no período de julho de 2011 a fevereiro de 2012, no âmbito do Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias Urbanas do PBA, remontou a 7.790 cadastros abaixo da cota 100 m, com 5.141 ocupações ao longo dos igarapés Ambé, Altamira, Panelas e da Orla do rio Xingu atingidas, e 5.241 famílias residentes, além de pessoas jurídicas, espólio, não residentes e outros, perfazendo um total aproximado de 19.000 pessoas” (2015b: 5).

Nesse documento, a própria NESA reconhece que há uma defasagem quantitativa entre as mensurações dos atingidos entre os documentos, “em decorrência do intervalo de tempo entre a realização dos cadastros (2011/2012), a elaboração dos laudos (segundo semestre de 2013) e o início

---

<sup>4</sup> Os entrevistados serão nomeados por letras do alfabeto, para resguardar suas identidades.

<sup>5</sup> No último informe público da Norte Energia S.A. (NESA), de junho de 2015, a empresa divulgou que “as obras civis da Usina Hidrelétrica de Belo Monte atingiram 78,53% de conclusão no final de maio de 2015” (NESA, 2015a: 3). Para o presente ano, está previsto o término da concretagem da barragem, a parte mais densa e que envolve o maior quantitativo de pessoas (atualmente, na ordem de 20 mil pessoas, só nos canteiros de obra), sendo que no dia 11 de fevereiro de 2015 a NESA solicitou ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA) a concessão da Licença de Operação, a última das três fases do licenciamento ambiental, almejando, com isso, iniciar o enchimento do lago de Belo Monte e inaugurar a produção de energia em março de 2016 (Borges, 2015).

efetivo do processo de negociação (2013)” (*Idem*), aludindo ter feito, até 31 de dezembro de 2014, uma “ampla revisão cadastral”, com a produção de 4.274 laudos de identificação das famílias atingidas.

No entanto, o MAB realizou outro levantamento estatístico, através de assinaturas colhidas em reuniões quinzenais, que consistia no acompanhamento das famílias atingidas, sobretudo nos eventos de negociação de quem mudou e quem não mudou para o RUC Jatobá, pelo fato de haver burocracia em documentações e também problemas nas assinaturas documentais, destacando que ainda faltam muitas famílias que nem se quer foram cadastradas para serem reassentadas:

“[a] gente fez um levantamento desde fevereiro de 2014, a gente começou a trabalhar com uma lista né, que foi justamente nas mobilizações, o que a gente fazia a gente chegava nessas mobilizações e pegava os nomes dessas famílias e a gente acabou pegando assim, cadastrado, não cadastrado. Como começou a aparecer muita gente, a gente começou a trabalhar com um censo, então em cada reunião que a gente ia quem não tinha assinado essa lista foi assinando, então acabou que a gente fez, conseguiu fazer um senso e um levantamento e há uma média nessa região de 10.700 famílias que não foram cadastradas ainda” (Entrevistada A, entrevista realizada em 08/10/2014).

As variações de grupos domésticos ou de famílias atingidas entre os dados da NESA e aqueles indicados pelo MAB não são apenas questões de método estatístico, são, antes de tudo, a evidência do processo de disputa política pela definição dos atingidos desde uma perspectiva hídrica<sup>6</sup>, ou seja, na qual o atingido é o inundado.

Tal disputa se forja na compreensão conceitual de atingido como “aquele que diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se, legitimação de direitos e de seus detentores” (Vainer, 2008: 40). Portanto, é uma situação de conflito instaurado para a delimitação do poder simbólico e classificação das

<sup>6</sup>As concepções formais ou oficiais de atingidos dividem-se em duas. Segundo Santos, “[a] primeira é a concepção territorial-patrimonialista, ou seja, o atingido é o proprietário, e a segunda é a concepção hídrica, onde o atingido é o inundado. Na concepção territorial-patrimonialista, a ação do empreendedor se dá pela aquisição da área a ser atingida. Nessa concepção a perspectiva é indenizatório... Na concepção hídrica, a perspectiva é espacial. Ou seja, circunscreve espacial os efeitos do empreendimento à área a ser inundada” (2015: 126).

peessoas a serem incluídas/excluídas nessa categoria, pois a partir desse movimento há um jogo de legitimação (estatal, empresarial e social) para com suas condições de sujeitos de direitos.

Logo, é a visibilidade da disputa entre a autoidentificação como atingido e a identificação feita por agente externo, cuja variação para menos, no segundo aspecto, revela, para a entrevistada A, presença de moradores e moradoras de bairros da cidade de Altamira que “foram esquecidos” pelo processo de mapeamento, identificação e cadastramento dos classificados como atingidos diretos pela UHE Belo Monte, condição que se agudizou depois que se estabeleceu um “congelamento”, ou seja, em que essas áreas tornaram-se totalmente desassistidas pelo poder público, como informa:

“São locais com pouca política pública, na verdade são áreas que acabam... que ficaram bem esquecidas por várias questões, mas que depois do congelamento, que foi logo após o cadastro da Norte Energia, várias coisas que já não existiam pararam, como a coleta de lixo, então são áreas que têm uma grande quantidade de lixo acumulado... [também] a questão da energia elétrica, porque a partir do momento em que a Celpa corta não há como religar essa energia porque é área congelada, então a partir do momento em que ela é cortada ela não liga mais porque é área que a Celpa entende que não tem porque ter atuação porque não vai haver moradores. São áreas de pouca cobertura policial” (Entrevistada A).

E outro militante do MAB complementa:

“... as áreas de congelamento depois que passou o último cadastro a Norte Energia, congelou essas áreas pra ninguém construir mais e não fazer mudanças nas áreas, então assim é uma espécie de decreto que diz assim: ‘essa área que vai ser realocada não pode haver mais construção e nem ocupação’. E depois que eles tiram as casas da mesma é uma área que passa a ser da Norte Energia que vai ser comprada né, feita uma aquisição e ela não pode ser reocupada. Então o congelamento foi basicamente isso, as vezes ele diz assim oh, se você construir uma casa depois ela não vai ser considerada como processo de cadastro, porque já tava determinado que isso teria até esse limite de tempo que seria feito o que eles chamam de limite de corte; tempo, data, limite de corte” (Entrevistado B, entrevista realizada em 05/03/2015).

A ideia do “congelamento” refere-se à condição de interdição do investimento social e estatal nos territórios e nas populações inseridas neles. Tal ato de congelar se, por um lado, representa um limite temporal à inserção das alterações físicas promovidas pela população local para os imóveis serem avaliados no computo dos processos de cadastramento e realocação, por outro também estabelece o desinteresse estatal para com a promoção de políticas públicas nos territórios impactados, haja vista estarem “fadados” à realocação da população que os habitam. Porém, e esta é a questão central, que enquanto não são retiradas dos locais ficam sem o apoio estatal e da NESA.

De certo, tanto a disputa dos “esquecidos” da identificação como atingidos, quanto a percepção do “congelamento” não são simples consequências de medidas administrativas e de categorização para definir a condição da população atingida, trata-se de situações sociais que engendram a produção de novos impactos do processo de implantação da UHE Belo Monte. Impactos da ordem da exclusão do reconhecimento enquanto sujeitos de direitos à uma ampla parcela desses sujeitos, nos quais se incluem crianças e adolescentes, assim como de restrição – ou redução considerável – do acesso aos serviços básicos (segurança, coleta de lixo, energia elétrica, entre outros), pois as prioridades de investimento e intervenção público-privado focam o olhar sobre o valor do território – já “condenado” ao alagamento – e não ao valor das pessoas – (ainda) vivenciando socioafetivamente este território – desconsiderando que, para além de uma questão meramente administrativa, está-se diante de perdas, danos e prejuízos de vidas, muitas vezes permanentes e irreversíveis.

Tais impactos repercutem de maneira direta – e intensa – nas crianças e adolescentes. As configurações familiares presentes indicam que elas são a maior parte deste quantitativo populacional, pois “[g]eralmente essas áreas são locais que é muito difícil você achar uma família que tenha 2, 3 crianças, geralmente é daí pra cima. Tem famílias ali que a gente acompanha que tem 8 crianças na casa por exemplo” (Entrevistada A).

Assim, projeta-se que uma quantidade considerável de crianças e adolescentes estejam na situação de “esquecidos” e/ou “congelados”, configurando-se numa condição política imposta pelas relações de poder estabelecidas na delimitação dos atingidos e da atenção pública/privada (não) ofertada aos territórios definidos como impactados, e que produzem (novos) impactos às condições de vida de crianças e adolescentes, especialmente quanto à precarização da qualidade de vida – já, historicamente, vulnerabilizada pela ausência ou déficit de atuação do poder público – e a intensificação das violações a seus direitos sociais.

Ao ser indagado quanto aos problemas que afetam as crianças e adolescentes, um adolescente, de 16 anos, morador do bairro Boa Esperança, responde:

“As doenças! A gente não pode brincar nessa lama. Se chover ninguém brinca, ninguém sai por causa da lama... Tem a escuridão, bandido. A Polícia também não passa mais aqui” (Entrevistada C, entrevista realizada em 08/07/2015).

Outra adolescente, de 15 anos, moradora do mesmo bairro, reforça: “[e]ssa lama quando a gente vai pra escola! É, nossos pais reclamam né, porque a gente sai daqui limpo pra ir pra escola, chega lá na avenida, chega todo sujo, aí a gente chega na escola as vezes a gente leva até bronca na sala de aula” (Entrevistada D, entrevista realizada em 07/07/2015).

A lama e a escuridão são símbolos de locais que não apresentam condições adequadas de asfaltamento, saneamento básico, iluminação e segurança pública, mas é, para as adolescentes entrevistadas, um fator que prejudica outros campos de suas vidas sociais, ligados à educação e ao lazer. Nesse aspecto, percebe-se como as adolescentes agenciam suas representações da realidade social para revelar a capilaridade dos processos de afetação desencadeados dinâmica de implantação da UHE Belo Monte.

As condições políticas de “esquecidos” do reconhecimento enquanto atingidos e de “congelamento” dos territórios de convivência social prejudica o desenvolvimento da criança e do adolescente, tornando-os mais vulneráveis a

vários tipos de violência, sendo que tais vulnerabilidades são potencializadas pela ação negligente do Estado em deliberadamente interromper ou reduzir drasticamente a execução das políticas públicas. É, parafraseando Scott, sinal de que as crianças e os adolescentes são duplamente atingidos: “pela violência estrutural do Estado e pela violência cotidiana silenciada e impune nas suas vidas cotidianas” (2012: 08). Diante disso, outro representante do MAB, ao ser indagado quanto a realidade das áreas de “congelamento”, coloca a seguinte descrição:

“Olha eu acho assim é uma realidade de extrema insegurança e fragilidades, porque as dificuldades econômicas, as dificuldades estruturais das famílias... prejudica na capacidade dessa família de criar filhos com dignidade e isso fragiliza muito e coloca as crianças... como sendo as pessoas que são mais expostas as violações aos direitos humanos próprios de espaços de vida, ou como condições de vida ou como essa realidade, famílias bastante pobre e com crianças vulneráveis, que seja vulneráveis e do ponto de vista da falta do alimento, do acesso ao alimento, mais vulnerável a dificuldade do acesso a saúde de qualidade, do acesso à educação que essa segurança pra garantir os seus direitos enquanto criança e adolescente. Isso é um elemento que preocupa muito, mas as condições que vivem essas famílias são extremamente propícias à que haja um processo mais avançado na violação dos direitos da família no geral e todos, mas principalmente da parte mais frágil que são crianças e adolescentes e até mesmo a população de mais idade [idosos]” (Entrevistado B, entrevista realizada em 05/03/2015).

Percebe-se que a situação de vulnerabilidade das famílias engendra uma relação sistêmica de afetação às crianças e adolescentes, com a emergência de um conjunto de impactos que promovem vulnerabilização aos responsáveis pelo cuidado de crianças e adolescentes, e, com isso, afeta-lhes a capacidade de garantir condições adequadas de convivência familiar. No entanto, há questões específicas que afetam diretamente às crianças e aos adolescentes, como as situações envolvendo educação e saúde descritas acima, cujo marcador geracional mobiliza um modo diferenciado de vivenciar e simbolizar tais situações, seja quanto à impossibilidade do ato de brincar como forma de prevenção às doenças presentes na lama, seja como a poeira na

roupa dificulta as relações no ambiente escolar. Diante disso, um entrevistado desabafa:

“... as afetações pras crianças vêm tudo, porque a gente mora em um ambiente que também é afetado, a gente mora em um lugar onde escorre fezes né, todo tipo de sujeira é jogado ali dentro então é uma contaminação terrível, só por isso aí a gente já tem uma boa, um bom ponto pra apresentar...” (Entrevistado E, entrevista realizada em 08/07/2015).

Outra situação preocupante com essas áreas de “congelamento” é o aumento da violência devido à falta de políticas públicas, sobretudo, iluminação e segurança pública, e a reconfiguração geográfica dos locais como “espaços vazios” de imóveis – ao serem demolidos – e de pessoas – ainda que permaneçam as “esquecidas” – e que por isso, e enquanto não são inundados, transformam-se em territórios de novos (ou velhos, mas intensificados) cenários de violência social, como o tráfico de drogas e a exploração sexual, como destacam os entrevistados:

“Há casos de prostituição, principalmente com os adolescentes, que em vez de esta na escola e desvia do caminho, e tudo por conta do empreendimento, porque a quantidade de homem aumentou, são os barrageiros e tem muitas adolescentes que engravida e não sabe nem quem é o pai, filhos de barrageiros” (Entrevistada F, entrevista realizada em 07/07/2015).

“... essa menina mesmo que nós temos aqui, tem sete anos, as vezes pra andar de bicicleta eu não deixo mesmo sendo de dia, porque, o que acontece, a droga ela tá em todo canto e pra nós vivemos com medo mesmo de porta fechada dentro de casa, porque a malandragem tá muita e nós vivemos aqui sem segurança, nós não tem uma policiamento, não temos uma vigilância de ninguém pra uma comunidade, nós não temos aqui uma segurança pra os nossos filhos ir pra escola né” (Entrevistado E).

Ao indagar diretamente um adolescente, morador do bairro Boa Esperança, sobre a exploração sexual, conversado com ele no sentido de prostituição, disse: “[t]em! Eu vejo que é uma responsabilidade do governo que ele não, como é que chama? ... Assimse passassem viatura num ia ter mais

ainda, mais adolescentes. E[tem] tráfico [de drogas] bem aí na frente, vende droga. É o pó"! (Entrevistado C).

A análise desses questionamentos quanto às condições de vida e de produção de violências não pode abdicar de um entendimento histórico e, portanto, prévio dos impactos vivenciados por seus moradores, ou seja, de que as carências sociais e déficits de atuação do poder público não se iniciam com a implantação da UHE Belo Monte. Todavia, a intensificação das situações de violência no contexto atual não pode desconsiderar a forma como as estratégias de intervenção pública e empresarial sobre o território e a população atingida têm relação direta com a potencialização das vulnerabilidades e da mudança do modo como as pessoas passam a vivenciar suas realidades e transitar pelo território.

### **3. Territórios de conflitos: impactos nos laços de sociabilidade e no direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes**

A família e a rede de sociabilidade das crianças e dos adolescentes também são aspectos importantes de serem analisados quanto às dinâmicas e impactos que ocorrem no processo de remoção territorial (ou de esquecimento/congelamento para não remoção), assim como na rotina de vida de outros segmentos populacionais na cidade de Altamira, como a população reassentada urbana.

Trata-se, inicialmente, de conceber a rede de sociabilidade de crianças e adolescentes enquanto um de seus direitos humanos, o direito à convivência familiar e comunitária, presente no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº. 8.069/1990), e conceituado como “direito fundamental de toda pessoa humana de viver junto à família de origem [e à convivência comunitária], em ambiente de afeto e de cuidado mútuos, configurando-se como um direito vital quando se trata da pessoa em formação” (Maciel, 2010: 75).

Segundo o entrevistado B, militante do MAB,



“... [n]esse processo de remoção a gente vê [que] esse laço [de amizade] tá sendo quebrado, então assim é uma realidade bastante complicada, é de bastante violações de direitos humanos, uma abuso às crianças, mulheres e homens no geral, mas que de certa forma obrigou a ausência do Estado em não promover condições pra moradia de qualidade e obrigou essas famílias a desenvolver estratégias de convivência e ocupação daquele território que elas ocupam até hoje.”

Tal depoimento apresenta outras indagações no que se refere ao processo de desterritorialização dessas famílias que são removidas, tendo modificado o lugar espacial e simbólico de moradia, de identidade, de modo de vida, costumes e laços afetivos que foram construídos há anos e que se desfazem sob pretexto de cumprimento de política compensatória de reassentamento urbano.

Isto envolve uma análise sobre a compreensão de território e das dinâmicas desenvolvidas para concebê-lo. Para Haesbart

“... o território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivéssemos nos referindo, afetiva” (1996: 41).

O território, no sentido de “instauração do domínio humano sobre o espaço” (Heidrich, 1998: 12), coloca a apropriação, e os conflitos que subjazem nela, como condição para a produção das dinâmicas de territorialização (assim como de desterritorialização e reterritorialização), pois “os diferentes tipos de territórios, produtores e produzidos por distintas relações sociais, são disputados cotidianamente por inúmeros atores no choque de opiniões sobre modelos de desenvolvimento e de sociedade” (Carvalho, s/d: 2).

Para Blume (2005), a territorialização ocorre no momento em que sobre determinado espaço são investidas relações de pertencimento (material e simbólico) que passam a “se constituir” e a “serem constituídos por” determinado grupo social, cristalizando-se com o transcorrer do tempo na história e memória individual e coletiva.

O sentimento de pertencimento a um dado território está muito presente nas famílias atingidas pela UHE Belo Monte que passam pelo processo de desterritorialização, ou seja, de perda dos vínculos e da exclusão socioespacial do território original, e de reterritorialização, no sentido de deslocamento/investimento num novo território: para alguns (reassentados), aquele para onde se vai; para outros (esquecidos/congelados), aquele para o qual se fica.

Há uma nítida percepção de que apesar do Estado não ter feito investimentos públicos para valorização dos territórios habitados e, portanto, destes terem se tornado à luz da sociedade geral – e dos próprios moradores – locais com condições adversas de vida e falta (ou deficiência) de inúmeras políticas públicas, foram neles que se fizeram investimentos afetivos que criaram vínculos sociais e identitários com o lugar de origem, com o território que reúne a memória e os relacionamentos de toda uma vida.

“... então por mais que não fosse digna, como a gente defende, a qualidade das moradias [nos bairros impactados], mas haviam relações sociais estabelecidas que foram criadas a partir daquele local ocupado, e quando mexe com isso você vê problemas que... é a realocação dessas pessoas em outro ambiente, traz um conjunto de dificuldades que só vai ser possível a gente ver analisando com o tempo aí, com as realocações que Belo Monte tá fazendo” (Entrevistado B).

Tal situação é identificada nas entrevistas realizadas com moradores do bairro Boa Esperança, em que os sujeitos envolvidos pontuam a falta de políticas públicas e a histórica ausência do Estado, mas colocam também o quanto a crescente desterritorialização das famílias – realocadas nos reassentamentos ou, simplesmente, indo embora para outros locais indefinidos (ou não sabidos) – tem provocado um processo de reterritorialização do mesmo local de vida para aqueles que ficam, os “esquecidos” e/ou “congelados”, especialmente em relação aos vínculos de amizade e as opções de lazer das crianças e aos adolescentes.

“Olha aqui é complicado. A questão da educação aqui, porque os alunos aqui não têm transporte escolar, a questão do lazer, eles não têm, são a maioria das crianças, os amiguinhos dele já foram realocados, ficou pouca criança aqui, apesar de não ficar pouca, mas os amigos já se separaram e a saudade aqui também é complicado porque vê nossa situação, morar aqui não faz bem pra criança e nem pra adulto” (Entrevistada G, entrevista realizada em 07/07/2015).

Para Hébette, a instalação de grandes obras impõe um impacto central que é “o confronto de modos de vida e de produção [distintos]... [que] se traduz na desestruturação das comunidades e na trajetória dessa população desenraizada para se tornar massa móvel, flutuante, marginal aos resultados e frutos desse desses empreendimentos” (2004: 154). Apesar de estar analisando o caso dos migrantes que passam a se alojar em territórios alvo de implantação de grandes obras, a configuração social dos atingidos é também similar à dos migrantes: a eles, está sentenciado a desestruturação de seus laços de convivência, afetividade, propriedade e ambientação investidos em um território – com elementos materiais (amigos, vizinhos, casas, praças, ruas, comércios, lojas, etc.) que lhes reportam memórias, sociabilidades, valores culturais e iniciativas produtivas – por interposição arbitrária de uma lógica produtiva (grandes obras) e de modo de vida (tornar-se atingido).

Para os que são deslocados para os reassentamentos urbanos, e, no âmbito da pesquisa, especificamente o RUC Jatobá, há dupla percepção: desconformidade entre as condições reais do novo território e aquilo que ele deveria ter (ou que foi prometido ou estava planejado oficialmente); e, também, o sentimento de saudade ou nostalgia para com o que se perdeu, o que se tinha de bom e, até, de ruim nos territórios de origem.

A primeira questão engendra a compreensão da falta ou desorganização dos serviços sociais básicos no RUC Jatobá, o que agrava as condições de vida dos moradores infanto-adolescentes:

“Aqui nós não temos escola, nós não temos uma creche, nós não temos uma praça, não temos uma quadra pra essa juventude que estão fumando drogas aonde que eu tô falando estarem se

intertendo ali...” (Entrevistado H, entrevista realizada em 22/10/2014).

“Eles [NESA] disseram em todas as reuniões que tiveram, que antes da gente mudar pra cá teria posto de saúde, que teria colégio, mas isso não aconteceu” (Entrevistada I, entrevista realizada em 10/10/2014).

A compreensão individual dos entrevistados remete à análise mais ampla do estado atual do programa de realocação urbana do PBA da UHE Belo Monte, o qual, segundo recente informe do Instituto Socioambiental (ISA), tem que

“[o] programa de realocação urbana tem sido desorganizado, inadequado e pouco transparente. Há mais de um ano, praticamente 3.000 famílias já residem nos novos loteamentos (chamados de Reassentamentos Urbanos Coletivos - RUCs), sem serviços públicos adequados, incluindo transporte, saúde e educação” (2015: 12).

Ainda assim, o último documento público emitido pela NESA para divulgação dos resultados de cumprimento das condicionantes, de junho de 2015, indica que

“... mais de 3 mil pessoas já residem no Jatobá, no São Joaquim, no Casa Nova e no Água Azul... Os novos bairros [ou RUCs] contam com infraestrutura completa – saneamento, coleta de lixo, rede de água potável, energia elétrica, iluminação pública, ruas asfaltadas, calçadas especiais para portadores de deficiência visual, escolas, transporte escolar gratuito para filhos de moradores que estudam na rede pública e unidades de saúde e está previsto a construção das escolas e entrega de Unidades Básicas de Saúde” (NESA, 2015b: 13).

Há uma disparidade entre o discurso oficial do empreendedor e aquilo que a população diretamente envolvida, os reassentados, e a avaliação coletiva desse grupo apresentam. Se é verdade que algumas dessas estruturas já estão, de fato, instaladas ou concretizadas, como o asfaltamento das ruas, as calçadas especiais e a rede de água potável, outras estão muito distantes de

uma avaliação tão otimista ou definitiva quanto a propagandeada pela NESA, especialmente quanto as garantias de educação e saúde.

Aliás, o próprio documento da NESA é contraditório a este respeito, pois indica que os RUCs, entre os quais o Jatobá, já possuem infraestrutura completa de escola e unidades de saúde e, ao mesmo tempo, coloca que está prevista, portanto, não concretizado na atualidade, a construção de escolas e equipamentos de saúde. Logo, uma inconsistência discursiva que sinaliza uma contrariedade empírica: a de que a propaganda escamoteia o que a realidade de sofrimento dos moradores escancara.

Assim, por mais que tenham sido realocadas, tais pessoas e, particularmente, as crianças e os adolescentes, ainda são impactadas pelas transformações geográficas em seus “novos” territórios, principalmente no que se refere às políticas públicas que o reassentamento não contém. Aliás, frise-se, políticas públicas que se transmutaram em obrigações empresariais e que constituem verdadeira privatização de direitos sociais (Oliveira, 2013).

Por outro lado, os depoimentos do MAB e dos moradores do RUC Jatobá abordam uma “sensação geral” de que as crianças e os adolescentes estão “perdendo” a sua sociabilidade, no sentido de não terem mais os amigos que tinham, de não terem mais aquele enlace afetivo com vizinhos, com parentes e até com o lugar.

“Pra ser franca eles até agora também [meus filhos] não conseguiram se acostumar no novo reassentamento, a única coisa que eles gostam daqui porque é chão mesmo, eles podem correr, eles podem brincar, mas eles estranham muito porque lá eles costumavam ir, né, com os amigos, tinham aqueles campos pra ta jogando bola no finalzinho da tarde no sábado, no domingo era todo mundo mais próximo, os vizinhos, os parentes, tinha mais aquele lazer pra eles poder brincar e tudo” (Entrevistada J, entrevista realizada em 04/12/2014).

E, quando indagada diretamente, uma adolescente, de 15 anos, moradora do RUC Jatobá, responde:

“[p]ra ser sincera eu nunca concordei em sair do Baixão[do Tufi, bairro de Altamira,] para vim para cá porque apesar de lá ter

vários problemas, como todo mundo fala, é o lugar que a gente viveu, a gente já tinha hábitos e costumes lá, num lugar assim onde a gente, sair de um lugar onde a gente se apegou pra chegar em outro e falar que gostou daquele lugar, duvido se alguém saia do lugar onde você viveu por muito tempo, chegue em outro lugar e diga que tá melhor que não é verdade, mas eu não vou mentir não, eu não gosto muito daqui! A gente acostuma né, é o único lugar que tem pra gente morar, mas eu não gosto daqui até porque a primeira coisa que eles falam lá que aqui tá melhor porque lá todo ano a gente tem que sair das casas da gente porque a água alaga, eu não vejo tanto benfeitoria porque aqui quando dá uma chuva forte alaga também...” (Entrevistada K, entrevista realizada em 04/12/2014).

Outra adolescente (Entrevistado L), de 16 anos, também moradora do RUC Jatobá, ressalta o problema do tráfico de drogas e como está afetando as crianças e os adolescentes:

“É, algumas crianças que num, que lá em baixo num tinha contato com [drogas], era assim vivia no meio desse caminho errado assim das drogas... [m]as nunca tinha se envolvido com isso. Aí na mudança pra cá, aí eu acho que algumas pessoas jogavam um papo e tal, aí eles estão sendo induzidos e algumas pessoas a gente tá perdendo, alguns amigos pra essas pessoas [traficantes], pra esse crime, pra criminalidade. É! Alguns amigos a gente tá perdendo por conta disso” (Entrevistado L, entrevista realizada em 25/03/2015).

Há muitos sentidos de perdas presentes nos depoimentos dos entrevistados. Eles indicam, antes de tudo, uma rememoração do passado e dos territórios de origem, e de como, e mesmo com toda adversidade neles presentes, havia um sentimento de pertencimento e de completude sócioafetiva, concomitante a compreensão de que as mazelas sociais vividas tinham um agente central a ser cobrado: o Estado, ou o poder público, ausente nas políticas públicas necessária para valorização do território e melhoria das condições de vida.

Agora, no momento atual, há um sentimento de desterritorialização do local de origem e de “reterritorialização forçada” e, mesmo, contraditória quanto a seus efeitos nas condições de vida dos sujeitos. Há, por isso mesmo, uma consciência crítica de que a disposição socioespacial do reassentamento

urbano continua a violar diversos direitos humanos dos moradores e, particularmente, de crianças e adolescentes, ao prejudicar seu direito à convivência familiar e comunitária, pois o sentimento de comunidade já não está mais presente – ou deve demorar muito para se refazer – e as condições de convivência familiar se inserem num contexto de conflitos e riscos sociais produzidos, em grande parte, por uma condicionante mal cumprida ou que prevê seu cumprimento num prazo temporal unilateralmente estabelecido, às custas do duplo sofrimento dos moradores adultos, crianças e adolescentes: o de ser forçado a sair de seus territórios e de serem forçados a se inserirem num outro território não devidamente preparado para lhes ofertar a promessa central da política, a melhoria das condições de vida.

### **Considerações finais**

A pesquisa possibilitou a compreensão, identificação e análise de diferentes situações envolvendo crianças e adolescentes, e seus familiares, no contexto de implantação da UHE Belo Monte que configuram-se enquanto impactos negativos das atividades estatais e empresariais de intervenção sobre territórios locais.

O trabalho busca problematizar o reverso das políticas compensatórias que se inscrevem na linguagem das condicionantes socioambientais, abordando cenários sociais que podem ser traduzidos, a partir da própria interpretação nativa, como violações de direitos humanos que afetam as condições de vida e se colocam como consequências de um modelo de desenvolvimento que historicamente reproduz legados negativos aos sujeitos locais, incluindo crianças e adolescentes.

Por isso, é imprescindível que se faça uma discussão sobre como a materialização de políticas compensatórias estabelece relações sociais e intervenções territoriais com potencial de produção de novos impactos negativos, o que, em contrapartida, exigiria a disponibilização de monitoramento continuado dos locais, sujeitos e políticas a fim de

compreender e, concomitantemente, corrigir os liames das condicionantes socioambientais que promovam a violação de direitos humanos, especialmente quanto às crianças e aos adolescentes, pois estão assegurados pelo princípio jurídico da prioridade absoluta que condiciona as políticas compensatórias aos ditames do zelo prioritário aos seus direitos.

De certo, há uma percepção da atuação ativa de crianças e adolescentes em compreenderem suas situações atuais e as avaliarem tendo em vista seus laços de convivência social, percebendo as reconfigurações espaciais de convivência e os motivos de suas produções, assim como o contexto da política de desenvolvimento.

Há, por isso mesmo, uma consciência crítica de que a nova organização socioespacial, seja ela das áreas de “congelamento” ou do reassentamento urbano, continua a violar diversos direitos humanos dos moradores e, particularmente, de crianças e adolescentes, e a prejudicar seu direito à convivência familiar e comunitária, pois o sentimento de comunidade já não está mais presente em ambos territórios, no contexto dos conflitos e riscos sociais, produzidos pela ausência do Estado e também pelo mau cumprimento das condicionantes.

### Referências bibliográficas

BERMANN, Célio O projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: a autocracia energética como paradigma. In: *Novos Cadernos NAEA*, v. 15, n. 1, p. 5-23, jun. 2012.

BLUME, Roni. O uso da dinâmica territorial: territorialização, desterritorialização e reterritorialização – TDR, para se pensar o rural e a ruralidade. In: *XLIII Congresso da SOBER “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial”*, Ribeirão Preto, 24 a 27 de julho de 2005.



BORGES, André. Consórcio pede licença para operar Belo Monte. In: *Estado de São Paulo*, 12 fev. 2015. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral ,consorcio-pede-licenca-para-operar-belo-monte-imp-,1633119>>. Acessado em 18/09/2015.

CARVALHO, Fernanda Cunha de. *Metamorfoses do Território: o ressurgimento de conflitos na implantação de grandes projetos de desenvolvimento.s/d*. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT14-745-787-20100903143421.pdf>>.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (CDDPH/PR). *Comissão Especial "Atingidos por Barragens". Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07*. Brasília: CDDPH/PR, 2010.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. In: *Cadernos de Pesquisa*, n. 115, p. 139-154, 2002.

HÉBETTE, Jean. Impacto social dos grandes projetos na Amazônia. In: HÉBETTE, Jean. *Cruzando fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, p. 149-155, 2004.

HAESBART, Rogério. *Des-territorialização e Identidade*. Niterói: Editora da UFF, 1996.

HEIDRICH, A, L. Fundamentos da formação do território moderno. In: *Boletim Gaúcho de Geografia*, n. 23, Porto Alegre, p. 9-18, 1998.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Dossiê Belo Monte: não há condições para a Licença de Operação*. Altamira: ISA, 2015.

LOUREIRO, Violeta Rafkalefsky. *Amazônia: estado, homem, natureza*. 2ª ed. Belém: Cejup, 2004.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. Direito fundamental à convivência familiar. In: MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (org.). *Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 67-79, 2010.

MINAYO, Maria Cecília S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

NORTE ENERGIA S. A. (NESA). *Plano Básico Ambiental – Volume II: Plano de Atendimento à População Atingida*. Brasília: NESA, 2011.

\_\_\_\_\_. *Informações UHE Belo Monte*. Brasília: NESA, 2015a. Disponível em: <<http://norteenergiasa.com.br/site/2015/07/15/informacoes-uhe-belo-monte-junho-de-2015/>> Acessado em 21 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. *Relatório final consolidado de andamento do PBA e do atendimento de condicionantes*. Brasília: NESA, 2015.

PINTO, Lúcio Flávio. *A Amazônia em questão: Belo Monte, Vale e outros temas*. São Paulo: B4 Editores, 2012.

OLIVEIRA, Assis da Costa. Consequências do neodesenvolvimentismo brasileiro para as políticas públicas de crianças e adolescentes: reflexões a partir da implantação da Usina de Belo Monte. In: *Revista de Políticas Públicas (UFMA)*, v. 17, p. 289-302, 2013.

OLIVEIRA, Assis da Costa; CONCEIÇÃO, Ronicleici Santos da & HORIZONTE, Jaqueline Santos do. Impactos de grandes obras na dinâmica urbana de crianças e adolescentes: a implantação da Usina de Belo Monte. In: *Porto e Vírgula*, v. 16, p. 185-205, 2014.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Quanto maior melhor? Projetos de Grande Escala: uma forma de produção vinculada à expansão de sistemas socioeconômicos. In: PACHECO DE OLIVEIRA, João & COHN, Clarice (orgs.). *Belo Monte e a questão indígena*. Brasília: ABA, p. 50-69, 2014.

SANTOS, Mariana Corrêa dos. O conceito de “atingido” por barragens – direitos humanos e cidadania. In: *Revista Direito & Práxis*, v. 6, n. 11, p. 113-140, 2015.

SCOTT, R. Parry. Duplamente atingidas: violência, mulheres e políticas do estado numa grande barragem no Nordeste. In *Revista ANTHROPOLOGICAS*, ano 16, v. 23, n. 1, p. 179-190, 2012.

SEVÁ FILHO, Arsênio Oswaldo. Povos indígenas, as cidades, e os beiradeiros do rio Xingu que a empresa de eletricidade insiste em barrar. In: Filho Sevá, Arsênio Oswaldo (Org.). *Tenotã-Mõ: alerta sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. São Paulo: IRN, p. 29-54, 2005.

SCHMINK, M. e WOOD, C. H. *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*. Belém: ed. ufpa, 2012.

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de “atingido”: uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. *Vidas Alagadas – Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens*. Viçosa: Editora UFV, p.39-63, 2008.

ZHOURI, Andréa. Belo Monte: crise do sistema ambiental e da democracia. In: ZHOURI, Andréa (org.). *Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*. Brasília: ABA, p. 45-65, 2013.